DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Resultado alivia tensão no Palácio, mas governo tentará derrubar emenda

"Estou aliviado." Esta foi a reação do presidente José Sarney quando recebeu a notícia de que a anistia concedida a pequenos e médios empresários sofreu uma redução significativa com a aprovação da emenda do deputado Roberto Freire, do PCB de Pernambuco, segundo informou a este jornal uma pessoa que estava com o presidente quando ele foi comunicado das circunstâncias da aprovação.

O governo tentará, agora trabalhar para derrubar a anistia na fase das emendas supressivas. "Per sete votos, há chances de derrubar a anistia

no segundo turno", disse o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que se mostrou inconformado com o resultado antes da aprovação da emen-

Embora o ministro Costa Couto, que trabalha por um acordo, esteja otimista com as chances de derrubar a emenda no segundo das votações da Constituinte, a assessoria econômica do Palácio do Planalto está pessimis-

No início da noite, antes de aprovada a emenda Freire, o presidente do Banco Central, Elmo Camões, telefonou duas vezes nara o Palácio do Planalto, manifestando espanto e

Kok diz que se abriu um precedente perigoso

por Heinar Gonçalves de São Paulo

Para o empresário Einar Kok, diretor das Indústrias Romi, a anistia aos microempresários e pequenos agricultores "é um absurdos que abre um precedente-muito perigoso". Kok afirmou que o impacto dessa-medida sobre o déficit público e, indiretamente. sobre os níveis inflacionários, será "muito desfavorável, principalmente para os próprios pequenos empresários". Segundo ele, "o que deveria ser feito é uma análise, caso a caso, da situação das pequenas empresas e não uma anistia geral. Estão favorecendo aqueles que aplicaram mal seudinheiro", disse ele.

"Como presidente de uma entidade de apoio à pequena e média empresal disse Roberto Della Manna, presidente do Centre de Apoio à Pequena e Média Empresa (GEAG), "não posso defender uma medida que, se de um lado favorece quem teve dificuldades por erros cometidos pela área econômica do governo durante o Plano Cruzado, de outro, prejudica

"A anistia", continua Della Manna, "privilegia o mau pagador. Ela foi uma atitude demagógica que podestrazer consequências

muito sérias. A partir de agora ninguém mais vai pagar seus débitos. Eu gostaria de saber se o governo irá arcar com a parte das dividas que cabia à rede bancária." disse ele, res-saltando que "nenhuma das entidades patronais defendeu esse procedimen-

Para Bruno Nardini, a dívida dos pequenos e médios empresários "era um problema que precisava ser enfrentado".

"Na minha opinião", disse ele, "deveria ter sido fei-ta uma convolação, ou seja, uma remodelação dos contratos com um maior prazo da quitação e novas formas de pagamento." O economista José Car

los Braga, diretor da Fundap e professor da Unicamp, disse que, apesar de não poder avaliar o impac-to financeiro da anistia, considera a sua adoção "uma catástrofe, por sancionar uma prática antiga no País, de socializar os prejuízos e privatizar os recur-

cendo liquidez a empresários que irão aproveitar-se dessa liquidez para aplicar é lastreado por títulos do próprio governo. E um círculo vicioso, onde o setor público paga duas vezes por um déficit que tem muito de privado."

governo está ofere-

Aprovada a anistia das dívidas

de Brasília

A anistia da correção monetária sobre os empréstimos contraídos por pequenos empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado foi aprovada ontem na Assembléia Nacional Constituinte por 286 a favor, 163 contra e 22 abstenções. Em segunda votação, duas sérias restrições foram impostas ao texto original graças a uma emenda aditiva do deputado Roberto Freire (PCB-

PE).

A emenda aprovada na Constituinte foi a mais abrangente e genérica de todas as que foram negociadas ao longo das duas últimas semanas. Ela cancela a correção monetária sobre todos os empréstimos tomados por pequenos e médios produtores entre 28 de fevereiro de 1986 e 31 de dezembro de 1987 e beneficia os micro e pequenos empresários durante a vigência do Plano Cruzado. A emenda original aprovada praticamente não impunha restrições aos beneficiários. A proposta, segundo o governo, seria responsável por um rombo de CZ\$ 750 bilhões ao Tesouro Nacional.

quatro linhas in-As cluídas no texto, por meio de manobra de Freire, simplesmente retiraram os médios produtores do grupo de beneficiários, além de limitar o benefício aos pequenos tomadores. A emenda de Freire estabeleceu que só serão beneficiados aqueles que tomaram no máximo 5 mil OTN de

crédito e não sejam pro-prietários de mais de cinco módulos rurais (em Brasília, um módulo rural é igual a 20 mil metros qua-

drados)

A aprovação da emenda aditiva de Freire só foi possível por meio de uma negociação de lideranças com os autores da fusão. No gabinete da liderança do PMDB na Constituinte, uma derradeira tentativa de acordo sobre a questão tomou parte da tarde de ontem. Como os autores não abriram mão da sua fusão, as lideranças acertaram três novos textos que seriam votados, caso a emenda original não fosse aprovada. O entendimento permitiu, ainda, a inclusão de três emendas aditivas que seriam votadas após a aprovação da matéria principal.

Com a aprovação da emenda original, as três outras redigidas pelas liderancas foram automaticamente prejudicadas. As propostas aditivas, porém, tinham garantida a sua apreciação pelo plenário. Duas delas foram rejeitadas. Uma limitava o beneficio em 50% da correção monetária, outra incluía as entidades filantrópicas no grupo de beneficiários. Só foi aprovada a emenda de Freire, que, ao final da votação, constrangido, recebeu abraços de líderes do "Centrão", como Roberto Fiuza (PFL-PE) e de banqueiros, como Irapuan Costa Junior (PMDB-GO), e Ronaldo Cezar Coelho

Os autores da emenda original, surpreendidos

(PSDB-RJ).

"Vamos cortar o crédito rural"

do Rio

"O governo não vai ficar passivo. Vamos cortar gastos. Estamos examinando medidas que podem resultar em aumento de impostos, aumento do endividamento e a criação de um empréstimo compulsório." Foi o que declarou ontem à noite, na sala VIP do aeroporto internacional do Rio, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, esclarecendo que essas medidas estão sendo examinadas em consequência da aprovação pela

com a aprovação da restri-

ção, reagiram imediata-

mente. O deputado Hum-

berto Souto (PFL-MG).

que encaminhou a votação

da tribuna, disse ao deputa-

do do PCB que iria derru-

bar suas restrições via su-

pressão no segundo turno.

"Não adianta cantar vitó-ria, vamos derrubar isto no

segundo turno", disse in-dignado. Souto reconhecia

que a aditiva de Freire "li-

mitaria muito a abrangên-

Mais tranquilo, o senador

Mansueto de Lavor

(PMDB-PE) admitiu que a

aprovação da emenda de Freire retirava "cerca de

30% da amplitude da emen-da original". Para ele, a

matéria criou injustiças

contra os produtores nor-destinos. "A emenda de

cia da emenda?

Constituinte da anistia para micro, pequenos e médios empresários, que se endividaram durante o Plano Cruzado. O ministro assegurou que os recursos de custeio e investimentos para o setor rural já estão cortados e que está sendo examinada a possibilidade da edição de um decreto suspendendo liberação de recursos para gastos do governo. 'Na reunião do dia 3 de ju-

lho do Conselho Monetário Nacional serão examinadas as regras de financiamento rural e será aprovado um corte drástico", afirmou ele. Nó-

Roberto Freire beneficia os

produtos mais sofisticados

em detrimento das cultu-

ras de extensão", argumentou Mansueto. Ele en-

tende que os produtores de

camarão, por exemplo, que

produzem em áreas restri-

tas, mas têm alta rentabili-

dade, serão atendidos, en-

quanto os plantadores de feijão e milho ficam ex-

Os líderes do "Centrão"

festejando uma vitória

inesperada e que não fora

sequer articulada por eles,

garantiam que a restrição

imposta pelo texto de Frei-

re reduzia o impacto da

matéria a níveis suportá-

veis pelo governo. "Salva-

mos a onça, a matéria ficou

muito melhor do que a en-

cluídos.

brega acusou a emenda aprovada como danosa para a majoria da sociedade. "Ela causa danos irreparáveis e o contribuinte e o trabalhador deverão pagar a conta", dis-

O ministro, que embarcava para o Japão, com escala em Los Angeles, no vôo da Varig, disse que o governo conta com uma avaliação preliminar dos efeitos da medida. Ele afirmou que, numa conversa com o presidente José Sarney, ontem foram aprovadas medidas de corte de gas-

Constituinte. Para Louren-

ço, esta restrição foi pior

para os produtores rurais

do que as tentativas de

acordo propostas pelo go-verno. "Agora, o impacto

não chegará a 100 bilhões de cruzados", garantiu Lourenço no calor do plená-

Já o líder do governo, de-

putado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que antes da

aprovação da emenda afir-

mava que o seu impacto se-

ria de 750 bilhões de cruza-

dos, preferiu não refazer

cálculos encima do texto

aditivo de Roberto Freire.

"Ficou menos mal", resu-

miu Sant'Anna. Ele pensa

que os constituintes "fize-

ram uma reflexção" após a

gência em segunda vota-

Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), exministro do Planejamento do governo Castello Branco, a emenda original sem a restrição significaria retrocesso à marca zero no combate à inflação perseguida pelo ministro Mail-son da Nóbrega. Sobre a essência da emenda, Campos ironizou: "Primeiro aprovamos o 'habeas corpus', depois introduzimos o 'habeas data', agora institu-cionalizamos o 'habeas debitun'.

Outro constituinte aliviado com a introdução do texto de Freire foi o deputado Delfim Netto (PDS-SP). Delfim disse antes da aprovação da restrição, que a emenda representaria para a economia do País um rombo "quatro vezes superior ao total economizado pelo governo com o congelamento da URP sobre os salários dos servidores".

Durante a votação da emenda original, o "lobby" da UDR e dos microempresários foi persuasivo e bem comportado. Garantida a aprovação da matéria, as galerias se esvaziaram espontaneamente sob salva de palmas de constituintes e "lobistas". No momento em que a emenda aditiva de Roberto Freire foi encaminhada e posteriormente aprovada, as galerias já estavam vazias. O "lobby" acabou derrotado sem sequer tomar conhecimento

Para o autor da vira-da, deputado Roberto Freire, a aprovação da sua emenda "calou a UDR".

comenda", exultou José Lourenço, líder do PFL na Medida desagrada empresários

por Jaime Soares de Assis

A concessão da anistia a micro e pequenos empresários urbanos e a míni, pequenos e médios proprietários rurais que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado deverá forcar o governo a emitir volumes maiores de papel-moeda ou elevar a carga tributária para obter recursos.

vem ter impacto negativo sobre a economia em consegüência da aceleração das taxas inflacionárias decorrente do aumento do déficit público. Na opinião de empresários ouvidos por este jornal, este crescimento da inflação podera desestimular os investimentos que estão sendo retomação do volume de recursos que serão necessários paa cobrir os valores das dívidas anistiadas, comentou Celso Hahne, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) e das indústrias Novolit e Flexolit, de São Paulo (SP). Em sua opinião, "não há razão para essa anistia". Hahne considera que, "quem tomou emprés-timo naquela ocasião, assumiu um risco. Se assumiu e não se saiu bem é um problema do empresário"

Falta ainda maior defini-

A impossibilidade constitucional de se deflagrar um aumento de impostos ainda em 1988 reforça a perspectiva de que se venham a adotar medidas como o emprestimo compuisorio, tado recentemente pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, associado à

Celso Dourado

César Cals Neto

Chagas Duarte

maior emissão de moeda, comenta Raul Calfat, diretor-presidente da Indústrias de Papel Simão S.A. De acordo com ele o governo poderá ter mecanismos limitadores do im-pacto da anistia sobre a economia brasileira, que teria de conviver com uma inflação fortemente ascendente. Para Calfat, neste perío-

do em que a nova política industrial começa a refletir sobre o comportamento da economia com o retorno dos investimentos, a infla-ção tem-se mantido em patamares constantes, as exelevados, permitindo a manutenção da atividade industrial e da mão-de-obra, e houve o recente acordo externo com os bancos credores, a anistia aprovada pelos constituintes traz um

componente de insegurança à economia.

A consequência disso é a diminuição do nível de investimento, principalmente de empresas que estão aplicando com capital de terceiros correndo o risco de não poder repassar a correção monetária sobre seus preços no mesmo rit-mo de crescimento inflacionário.

Para Nahid Chicani, vice-presidente da General Electric do Brasil S.A., ainda "é difícil calcular o valor exato" de recursos que o governo irá necessitar. Mesmo sem se contar ainda com um montante exato desses recursos, "acredito que deverá ter um reflexo negativo na economia porque o governo provavelmente vai ter de emitir moeda ou aumentar impos-

votação da emenda principal e conseguiram se redimir, limitando a sua abran-Para economista, "foi

um desastre para o País"

por David Friedlander de São Paulo

"O governo não vai mais

conseguir conter o déficit público neste ano em 4% do Produto Interno Bruto (PIB)", disse ontem o eco-nomista Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, sobre a aprovacão da anistia à correção monetária dos débitos contraídos por pequenos e médios empresários rurais e urbanos, durante o Plano Cruzado.

O economista disse que apesar das informações de que a medida tinha maioria na Constituinte, esperava que no momento da vota-

Mauricio Padua

Mauro Benevides

Mauro Campo:

Mauro Sampaio

Meira Filho

ção os parlamentares ti-vessem "um sopro de racionalidade" e acabassem rejeitando a anistia. "Eles estão aprovando coisas que não sabem quanto vão custar", criticou Macedo. "Foi um desastre para o País, para a distribuição de renda e para a política do Mailson."

Quanto aos limites im-ostos, o economista afirmou que o montante do crédito contraído ou o tamanho da propriedade rural não é indicativo da capacidade de renda dos mutuários.
"Grandes industriais

e agricultores podem fazer pequenos empréstimos"; observou. Essa anistia vai beneficiar muita gente com capacidade de honrar seus compromissos.'

ABST

sim não

não

sim sim

sim.

sim sim

sim sim

sim

sim

sim sim

sim não

sim sim sim não sim não não sim não não não

sim sim sim

não sim

Renan Calheiros

Renato Johnson

sim

O texto aprovado inicial, acrescido de juros le-

Esta é a íntegra do artigo das disposições transitórias da nova Constituição ue trata da anistia das que trata da anistia das dividas, aprovado ontem. E o texto básico de uma fusão de emendas dos constituintes Humberto Souto, Mansueto de Lavor e Ziza Valadares, com a emenda proposta pelo deputado Roberto Freire: Art... Na liquidação dos débi-

inclusive suas renegociacões e composições posterio res, ainda que ajuizados, de-corrente de quaisquer empréstimos concedidos por bancos e por instituições financeiras, não existirá correção monetá ria desde que o empréstimo te nha sido concedido I - Aos micro e pequeno em-

presários ou seus estabeleci-mentos no período de 28/02/86 a 28/02/87; II — Ao mini, pequeno e médio produtores rurais no perío-do de 28/02/86 a 31/12/87, desde

que relativos a crédito rural; § 1º — Considera-se para efeito deste artigo: microem-presas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com re-ceitas anuais de até 10.000 (dez mil) OTN; e, pequenas empre-sas as pessoas jurídicas, as firmas individuais com receita anual de até 25.000 (vinte e cinco mil) OTN. § 2º — A classificação de mi-

ni, pequeno e médio produtores rurais far-se-á obedecendo-se às normas do crédito rural vigente à época do contrato; - A isenção monetária a que se refere este artigo só se-

rá concedida nos seguintes ca-A) Se a liquidação do débito gais e taxas judiciais, vier a ser efetivada no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data da promulgação desta Constituição;

B) Se aplicação dos recursos não contrariar a finalidade do financiamento, cabendo o ônus

da prova à instituição credora; C) Se não for demonstrado pela instituição credora que o mutuário dispõe de meios para o pagamento do seu débito, excluindo desta demonstração o seu estabelecimento casa de moradia e os instrumentos de

trabalho e produção; D) Se o financiamento inicial não ultrapassar a 5.000 (cinco E) Que o beneficiário não se-

ja proprietário de mais de 5 (cinco) módulos rurais. - Os benefícios de que trata este artigo não se estendem aos débitos já quitados e aos devedores que sejam cons-

§ 5º — No caso de operações com prazos de vencimentos posteriores à data limite de liquidação da divida, havendo interesse do mutuário, os bancos e as instituições financeipromoverão, por instrumento próprio, alteração nas condições contratuais originais de forma a ajustá-la ao presente benefício.

§ 6º — A concessão do presen-te beneficio por bancos comerciais privados em nenhuma hipótese acarretará ônus para o poder público, inclusive atra-vés de refinanciamento e repasse de recursos pelo Banco Central. § 7º — No caso de repasse a

agentes financeiros oficiais ou cooperativas de crédito o ônus recairá sobre a fonte de recursos originária.

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES José Elias José Fernande

José Freire

Abigail Feitosa Acival Gomes Adauto Pereira Ademir Andrade Adolfo Oliveira Advison Motto Aécio de Borba Affonso Camara Afonso Sancho Agassiz Almeida Agripino de O. Limo Airton Sandova Alarico Abib Alberico Cordeiro Alceni Guerra Aldo Arantes Alexandre Costa Alexandre Puzino Alfredo Campos Almir Gabrie Aloísio Vanconcelos Aluizio Bezerro Aluizio Campos Álvaro Antônio **Alvaro Valle** Alysson Paulinelli Amoury Muller Amilcar Moreiro Ângelo Magalhães Anna Maria Rattes Annibal Barcellos Antero de Barros Antônio Britto Antônio C Konder Reis Antônio de Jesus Antônio Ferreiro Antônio Gaspar Antônio Perosa Arnaldo Faria de Sá Arnaldo Martins Arnaldo Moraes Arnaldo Prieto Arnold Fioravante Arolde de Oliveira Artenir Werner **Asdrubal Bentes** Atila Lira Augusto Carvalh Áureo Mello Basílio Villan Benedicto Monteiro enedita da Silva Benito Gama Beth Azize Bezerra de Mela Bocavuva Cunha Bonifácio de Andrada

Bosco Franca

Cardoso Alves

Carlos Cardinal

Carlos Chiarell

Carlos Moscon

Carlos Virgilio

Célio de Castro

Carrel Benevides

Carlos Sant'Anna Carlos Vinagre

Carlos Cotta

Carlos Alberto Cao

sim sim sim não não não sim não não sim sim não não não Delio Braz sim sim abs sim sim sim não sim não sim não sim não sim sim não não não não não não sim não não sim sim sim não sim não sim não

não

não Chagas Rodrigues Christovam Chiaradia não Cid Carvalho Cid Saboia de Carvalha sim sim Cleonâncio Fonse sim sim Costa Ferreira Cristina Tavares não sim **Darcy Deitos** Del Bosco Amara sim não não não não sim Denisar Arneiro Dionisio dal Pra Dirce Tutu Quadra Suruagy **Dienal Goncalve** ingos Juven não sim abst não Domingos Leonelli **Edesio Frias** sim sim não Edivaldo Motta Edmilson Valentim não Eduardo Jorge não Egidio Ferreira Lima Eliel Rodrigues sim Eraldo Trindade sim sim Erico Pegoraro não **Euclides Scalco** não **Evaldo Goncalves** Ezio Ferreira não sim **Fausto Fernandes** Felipe Mendes não sim Fernando Cunha sim sim Fernando Gomes Fernando Santano não Firmo de Castro Flavio Rocha Florestan Fernand Floriceno Paixão sim sim não sim não sim Francisco Amaral Francisco Benjamin Francisco Carneiro Francisco Diogenes não sim Francisco Dornelle Francisco Kuster Francisco Pinto sim sim Francisco Rollemberg Francisco Rossi sim sim não Furtado Leite Gastone Righi não Genesio Bernardino

Geovani Borges Geraldo Alckmin Filho Geraldo Campo Gerson Camata Gerson Marcondes **Gerson Peres** Gidel Dantas Gil Cesar Gilson Machado Gonzaga Patriota Guilherme Palmeira Gumercindo Milhomem Gustavo de Faria Haroldo Lima Helio Costa Helio Rosas Henrique Cordovo Henrique Eduardo Alves Heraclito Fortes Hermes Zanet Ibere Ferreira Inocêncio Oliveiro Irajá Rodrigues Irapuan Costa Júnios Ismael Wanderley Israel Pinheiro Itamar Franco Ivo Cersosemo Ivo Lech Ivo Vanderlinde Jacy Scanacatto Jamil Haddad Jarbas Passarinho Jayme Paliarin Jesualdo Cavalcant Jesus Tajra Joaci Goes João Agripino João Calmon João Carlos Bacela João Cunha João de Deus Antunes João Machado Rollembero João Menezes João Natal João Rezek Joaquim Francisco Joaquim Sucena Jofran Frejat Jonas Pinheiro Jorge Arbage Jorge Hage Jorge Medaia Jorge Vegued José Agripino

José Camarao

José Costa

José Dutra

José)Carlos Sabota

José da Conceição

José Carlos Vasconcelos

José Guedes abst José Ignacio Ferreira José Lourenco não sim José Maranhão abst José Maria Eymae José Mauricio não não não não não sim sim José Melo José Mendonça Bezerra José Queiroz José S. de Vasconcellos sim sim José Teixeira abst José Thomaz Nonô sim José Tinoco Jovanni Masini sim sim Julio Campos não não sim sim Julio Costamila Jutahy Magalhães Lael Varella sim sim não sim Leite Chaves Leopoldo Besson sim sim Leopoldo Peres Leur Lomanto sim sim Lezio Sathler Louremberg Nunes Rocha abst Lourival Baptista Lucia Braga sim sim Lucio Alcantara Luís Roberto Ponte Luiz Alberto Rodrigues Luiz Freire Luiz I. Lula da Silva sim Luiz Salomão Luiz Soyer Lysaneas Maciel sim Maguito Vilela Manoel Castro sim sim Mansueto de Lavo sim sim sim abst Marcia Kubitschek Marco Maciel Marcondes Gadelho sim não Marcos Lima Marcos Perez Queiroz Maria de Lourdes Abadia Maria Lúcia Mario Assac Mario Lima não sim Mario Maia Marluce Pinto Mattos Lead Mauricio Campos não Mauricio Correa

Mauricio Fruet

Mauricio Nasse

não sim não abs sim não não sim sim sim sim sim sim não sim não sim não sim não não sim não não sim sim não sim sim não não sim não sim sim abst sim sim sim sim não sim abst sim não não não sim

Melo Freire Mendes Canale Mendes Ribeiro Messias Gois Messias Soares **Michel Temer** Milton Barbosa Milton Lima Milton Reis Miro Teixeiro Moema São Thiaga Mozarildo Cavalcant Mussa Demes Myrian Portella Naphtali Alves de Souza Narciso Mendes Nelson Aguiar **Nelson Carneiro Nelson Jobim** Nelson Sabra **Nelson Seixas** Nelson Wedekin **Nelton Friedrich Nestor Daurte** Ney Maranhão Nion Albernaz Octavio Elisio Olavo Pires Olivio Dutra **Onofre Correa** Orlando Pacheco Oscar Correa Osmir Lima Osmundo Rebouça Osvaldo Bender Osvaldo Coelho Osvaldo Macedo Osvaldo Sobrinho Oswaldo Almeida Ottomar Pinto Paulo Delgado Paulo Marques Paulo Pimente Paulo Roberto Paulo Silva Paulo Zarzur Paulo Canedo Pedro Ceolin Percival Muniz Plinio Arruda Sampaio

Rachid Saldanha Derzi

Raimundo Rezende

Raul Belem

não sim sim sim não não sim não sim sim sim sim não sim sim sim sim sim não abst não não não sim sim não sim sim

não

não

sim não

sim

Wilson Campos

Ziza Valadares

Abstenção

não

Total

Ricardo Fiuza Rita Camata Roberto Augusto Roberto Balestra Roberto Brant Roberto Campos Roberto Freire Roberto Rollembero Roberto Torres Robson Marinho Rodrigues Palma Ronaldo Aragão Ronaldo Carvalho Ronaldo Cezar Coelho Ronaro Correa Rosa Prata Rose de Freitas Rospide Netto Rubem Branquinho Ruben Figueiró Ruberval Pilotto Ruy Bacelai sim ABST Ruy Nedel Salatiel Carvalho Samir Achoa não sim sim sim ABST Sandra Cavalcanti Santinho Furtado Saulo Queiroz Sergio Brito Severo Gomes Sigmaringa Seixas Silvio Abreu Solon Borges dos Reis Stelio Dias Tadeu Franço Teotonio Vilela Filho Theodoro Mendes Tito Costa Ubiratan Spinelli sim ABST Ulysses Guimarães Valter Pereira Vasco Alves Vicente Bogo Victor Faccion Victor Fontano Victor Trovão Vilson Souza Vingt Rosado Vinicius Cansanção Virgildasio de Senna Virgilio Galassi Virgilio Guimarães Vitor Buaiz Vivaldo Barbosa Vladimir Palmeira Waldeck Ornelas Waldyr Pugliesi Walmor de Luca

Agenda Sessão de ontem

APROVADOS — Fo-

ram aprovados dispositivos sobre os seguintes temas: Previdência Social, anexação do território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, criação do Estado do Tocantins, estabilidade para os servidores públicos estaduais, municipais e federais, prazo de três anos para que sejam re-solvidas todas as questões de delimitação de fronteiras entre estados e municípios, anistia de dívidas, aplicação de cor-

reção monetária para as

dividas de instituições fi-

nanceiras com o BC e o

BNH, entre outros tópi-• REJEITADOS - Fo-

ram rejeitados dispositivos que instituíam pena de morte, moratória para a dívida externa, divisão do Estado do Rio de Janeiro entre Rio e Guanabara e legalização dos cassinos e do jogo do bicho.

Sessão de hoje

• VOTAÇÕES - Para terminar a votação do primeiro turno da Constituinte faltam apenas dez emendas, que serão objeto da sessão marcada para a manhã de hoje, pelo presidente da Assem-Ulysses Guimabléia,